

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/10/2025 | Edição: 208 | Seção: 1 | Página: 80

Órgão: Ministério da Fazenda/Gabinete do Ministro

PORTARIA MF Nº 2.458, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025

Altera, mediante ampliação e redução, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II e III do Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, tendo em vista o disposto no art. 12, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, mediante ampliação e redução, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II e III, do Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, na forma dos Anexos de I a IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO I

Redução no Anexo II do Decreto Nº 12.448, de 30 de Abril de 2025 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NAS FONTES DO TESOUREO ESPECIAIS



R\$ mil			
Órgãos	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	147	294	2.055
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	797	1.595	11.162
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.942	11.884	83.188
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	779	1.558	10.903
32000 Ministério de Minas e Energia	252	504	3.529
33000 Ministério da Previdência Social	1.419	2.838	19.865
39000 Ministério dos Transportes	723	1.446	10.123
40000 Ministério do Trabalho e Emprego	135	270	1.888
41000 Ministério das Comunicações	59	118	828
51000 Ministério do Esporte	114	229	1.601
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	26	52	366
65000 Ministério das Mulheres	101	202	1.417
67000 Ministério da Igualdade Racial	1.011	2.022	14.151
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	21	41	289
69000 Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	1.097	2.194	15.355
81000 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	313	627	4.387
Total	12.936	25.873	181.108

1. Pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária de 2025 e aos restos a pagar.

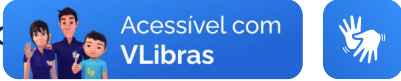
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).
4. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 17, art. 69 da Lei 15.080, de 30 de dezembro de 2024 e por decisões judiciais.

ANEXO II

Acréscimo ao Anexo II do Decreto Nº 12.448, de 30 de Abril de 2025 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NAS FONTES DO TESOIRO ESPECIFICADAS (1)(2)(3) (4)

R\$ mil			
Órgãos	Até Out	Até Nov	Até Dez
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	23.981	47.963	335.739

1. Pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária de 2025 e aos restos a pagar.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).
4. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 17, art. 69 da Lei 15.080, de 30 de dezembro de 2024 e por decisões judiciais.



ANEXO III

Redução no Anexo III do Decreto Nº 12.448, de 30 de Abril de 2025 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)(4)

R\$ mil			
Órgãos	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	11	21	150
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	11	22	156
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	155	311	2.175
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	120	240	1.680
32000 Ministério de Minas e Energia	23	45	318
33000 Ministério da Previdência Social	11.533	23.065	161.458
39000 Ministério dos Transportes	64	128	895
40000 Ministério do Trabalho e Emprego	82	163	1.141
41000 Ministério das Comunicações	62	124	870
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	3	6	43
81000 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	1	1	7
Total	12.064	24.127	168.892

1. Pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária de 2025 e aos restos a pagar.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).

4. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 17, art. 69 da Lei 15.080, de 30 de dezembro de 2024 e por decisões judiciais.

ANEXO IV

Acréscimo ao Anexo III do Decreto Nº 12.448, de 30 de Abril de 2025 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)(4)

R\$ mil			
Órgãos	Até Out	Até Nov	Até Dez
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1.019	2.037	14.261

1. Pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária de 2025 e aos restos a pagar.

2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).

4. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 17, art. 69 da Lei 15.080, de 30 de dezembro de 2024 e por decisões judiciais.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

